

## **ESPAÇO E REPRESENTAÇÃO: percepção do espaço**

Écio Elvis Pisetta\*

João Marçal Bodê de Moraes\*\*

### **Resumo**

Já não estamos desde sempre percebendo o espaço em que nos encontramos? De certa forma. Mas isso não significa que tenhamos clareza sobre esta experiência e sobre a noção de espacialidade que lhe corresponde. Não podemos esquecer os preconceitos práticos e teóricos que já sempre invadiram nossas pesquisas. Neste sentido, a época moderna, tendo como ponto de partida a descoberta da “subjetividade”, nos ensinou a desconsiderar o mundo perceptivo em prol de uma compreensão do espaço e do ser humano como absolutos. Veremos o porquê disso. Mas os avanços científicos a partir da segunda metade do século XIX questionaram radicalmente esta segurança absoluta, reabilitando a experiência sensível (e finita) e a percepção do espaço. O que antes era secundário voltou – segundo o enfoque de muitos pesquisadores – para o centro das grandes discussões teóricas, a saber, o mundo percebido ou mundo da vida. Abordaremos, então: a compreensão de espaço que predominou na modernidade e que ainda nos influencia; a importância da reabilitação da percepção para toda pesquisa e, aqui, para a compreensão empírica do espaço; mostraremos, em sintonia com uma pesquisa empírica produzida no âmbito da geografia humana, como a noção de “percepção do espaço” ou de “espaço percebido pelos habitantes de determinado lugar” adquire sentido e relevância epistemológica.

**Palavras-chave:** Geografia; Filosofia; Espaço; Percepção; Ciência Moderna.

---

\* Professor Adjunto do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO – Rio de Janeiro – Brasil. Correio eletrônico: [eciopisetta@gmail.com](mailto:eciopisetta@gmail.com)

\*\* Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores – FFP – da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ – Rio de Janeiro – Brasil. Correio eletrônico: [joaobode2@gmail.com](mailto:joaobode2@gmail.com)

## Abstract

We do not always perceive the space in which we find ourselves? Somehow. But that does not mean that we have clarity on this experience and on the notion of spatiality that corresponds to it. We cannot forget the practical and theoretical prejudices that have always invaded our research. In this sense, the modern age, taking as its starting point the discovery of “subjectivity”, he taught us to disregard the perceptual world towards an understanding of space and human being as absolute. We will see why. But scientific advances since the second half of the nineteenth century radically questioned this absolute safety, rehabilitating a sensory experience (and finite) and the perception of space. What was secondary back - according to the focus of many researchers – to the center of the great theoretical discussions, namely the perceived world or the world of life. We will discuss, then: the understanding of space that prevailed in modernity and still influences us; the importance of rehabilitation of perception for all research and here for empirical understanding of space; We show, in line with empirical research produced within the human geography, as the notion of “place’s perceiving” or “space perceived by the inhabitants of a particular place” makes sense and epistemological relevance.

**Keywords:** Geography; Philosophy; Space; Perception; Modern Science.

## Introdução

Já não estamos<sup>1</sup> desde sempre percebendo o espaço em que nos encontramos? De certa forma. Afinal, somos seres espaciais. E sempre já detemos certo conhecimento prévio acerca do espaço. Mas isso não significa que tenhamos clareza sobre esta experiência e sobre a noção de espacialidade que lhe corresponde. Pois, experimentar o espaço e produzir um saber acerca desta experiência podem ser entendidos como atividades distintas: uma, a experiência “empírica”, por assim dizer de, em fazendo ou executando algo, além de lidar com instrumentos e situações particulares, estar também lidando com um entorno, um mundo em que o agente nunca antecipa ou domina tudo por completo; outra, a experiência “teórica” de elaborar, organizar ou sistematizar o conjunto destas experiências, ou seja, de produzir um saber acerca disso.

---

<sup>1</sup> O trabalho é o modesto resultado de um contínuo diálogo entre a geografia e a filosofia levado a cabo pelos autores. Este diálogo assumiu também a feição acadêmica de um projeto de extensão sediado na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO – intitulado “A filosofia e o diálogo com outros saberes”, reunindo professores e pesquisadores de diversas áreas e instituições.

Acrescenta-se, ainda, que esta falta de clareza também se deve a certa auto-suficiência prática com a qual sobrecarregamos nossas mais diversas experiências cotidianas produzindo a sensação de que a prática, seja ela qual for, prescinde de qualquer teoria mais elaborada. Assim, renuncia-se a buscar níveis mais elevados de clareza tanto na prática quanto no saber acerca de qualquer prática. Igualmente, não podemos esquecer os preconceitos práticos e teóricos que já sempre invadiram todos os espaços, contaminando e orientando os discursos e as ações.

Neste sentido, aludindo aos preconceitos, salientamos que a época histórica denominada “modernidade”, tendo como ponto de partida a descoberta da “subjetividade”, nos ensinou a desconsiderar o mundo perceptivo, empírico, sensível, mutável, contraditório, pluridimensional etc., por considerá-lo “menos saber” ou “inseguro e dado a enganos”, em prol de uma compreensão do espaço e do ser humano como absolutos, ou seja, não submetidos à percepção sensível e, portanto, submetidos a princípios inteligíveis, calculáveis, previsíveis, homogêneos, quantitativos, imutáveis, universais, seguros etc. Mas os avanços científicos da segunda metade do século XIX, tanto no âmbito das ciências naturais quanto das humanas, questionaram radicalmente esta segurança absoluta, reabilitando, como consequência, a experiência sensível (e finita) e a percepção do espaço. O que antes era secundário voltou – segundo o enfoque de muitos pesquisadores – para o centro das grandes discussões teóricas, a saber, o mundo percebido ou mundo da vida.

A partir disso apresentaremos, baseando-nos numa obra do filósofo francês M. Merleau-Ponty, mas não exclusivamente, (1) esta compreensão de espaço que predominou na modernidade e que ainda nos influencia. A seguir, (2) focaremos a importância da reabilitação da percepção para toda pesquisa e, aqui, para a compreensão empírica ou do espaço vivido. Depois (3) mostraremos, em sintonia com uma pesquisa empírica produzida no âmbito da geografia humana, como a noção de “percepção do espaço” ou de “espaço percebido pelos habitantes de determinado lugar” adquire sentido e relevância epistemológica.

O esquema a seguir visa distribuir de forma ordenada os conteúdos já elencados: 1. Apresentação do problema; 2. Espaço verdadeiro versus espaço falso: aproximação à compreensão científico-moderna de espaço; 3. Ampliação da compreensão de ciência pela incorporação do elemento empírico; 4. Memória e identidade: lugar como percepção do espaço vivido.

## 1. Apresentação do problema

O que é o espaço? “Onde” está o espaço? São perguntas aparentemente inúteis. Não apenas “aparentemente”. São inúteis. Pois as perguntas “o que é” e “onde está” o espaço não interferem diretamente em nossas atividades mais diversas. Por outro lado, podemos considerar o seguinte: desde há muito, diversos pensadores dentro e fora da ciência geográfica, têm dado atenção à questão acerca do espaço. Interessa-lhes, então, uma busca por clareza, por razões, por embasamentos que possam justificar, em determinado grau, esta ou aquela compreensão acerca do espaço. Um saber que se propõe a ser “ciência” deve poder dar conta de seus porquês, não se restringindo apenas a seus para quês funcionais. Esta concepção de ciência alimenta todo o solo da tradição ocidental. Assim, move-nos, num mínimo grau, uma busca pelo saber que, desde a antiguidade, recebeu o nome de ciência, de *episteme*. Este saber busca esclarecimentos acerca das causas, dos princípios, das razões que movem e motivam os mais diversos saberes e afazeres humanos, quer sejam aqueles envolvidos na execução de determinadas atividades *práticas*, como a política, a economia e a ética, ou aqueles que lidam com atividades *produtivas*, como as artesanais ou industriais, ou ainda aqueles que se dedicam a atividades maximamente *teóricas* ou especulativas como as matemáticas, a física, a metafísica e a teologia (ARISTÓTELES, 2006, p. 45-46).

Chama-nos a atenção, já há bastante tempo, que no seio da ciência geográfica, o evidente ou sabido já não contenta mais. Provavelmente o progresso deste saber específico – das ciências geográficas – reivindica novas compreensões acerca de sua positividade. Portanto o saber ora instituído já não é mais tão seguro. Compreendemos também que, onde certa crise dos fundamentos é razoavelmente assumida, ali se constrói, por assim dizer, um espaço de aprendizado, de discussão, e de investigação que ultrapassa os limites dos saberes especializados. A crise abre espaços de diálogo. No caso, ultrapassa os limites doutrinários de saberes como os da geografia e da filosofia. O modo, escolhido por nós, para nos inserirmos neste debate – onde a filosofia não ensina a geografia e vice-versa – reside no modesto confronto e possível clarificação entre representação e percepção do espaço, ou, em certo sentido, entre a apreensão científico-moderna do espaço e a apreensão empírica, historicamente mais recente do mesmo, e que se mostra como uma “representação” diferenciada. Por extensão, e em sentido lato, a ciência em sua cientificidade está sendo pensada.

Assim, o que compreendemos por representação e por percepção?

## 2. Espaço verdadeiro versus espaço falso: aproximação à compreensão científico-moderna de espaço

O cientista e o teórico, por seu lado, tendem a descuidar a diversidade e a subjetividade humanas porque a tarefa de estabelecer ligações do mundo não-humano já é enormemente complexa. Entretanto, numa visão mais ampla, sabemos que as atitudes e crenças não podem ser excluídas nem mesmo da abordagem prática, pois é prático reconhecer as paixões humanas em qualquer cálculo ambiental; elas não podem ser excluídas da abordagem teórica porque o homem é, de fato, o dominante ecológico e o seu comportamento deve ser compreendido em profundidade, e não simplesmente mapeado (TUAN, 1980, p. 2).

Examinemos, antes, alguns princípios teóricos envolvidos na decisão moderna pela compreensão físico-matemática do espaço. Este exame nos fornecerá uma contextualização do problema.

De maneira geral, o advento do pensamento e da ciência moderna a partir do século XVI (Galileu, Descartes, Newton, entre outros) construiu a ideia de que o espaço e a natureza a serem considerados *em primeiro lugar* seriam aqueles capazes de serem avaliados por princípios inteligíveis, a saber, a partir da linguagem físico-matemática. Ou seja, foca-se um espaço não sensível. E como esta decisão se efetivou? A ciência da física realizou este casamento trazendo para a “terra”, para o mundo natural ou do devir, os princípios eternos, ideais, imutáveis que regiam o orbe celeste e o movimento dos planetas. Estes eram os movimentos perfeitos, próprios para se medir e pensar o céu e sua constituição, mas não para a terra e suas imperfeições. O mundo antigo e medieval não se preocupou em aplicar à terra – e a seu espaço – os princípios que usava para conhecer o movimento celeste. Vigorava uma heterogeneidade de compreensões. Os tempos modernos, neste sentido, se caracterizaram pela decisão teórica e prática de construir certa homogeneidade. Esta trouxe implicações de grande envergadura, desejadas por seus fundadores, arautos de uma nova física: aplicar ao empírico e sensível aqueles princípios teóricos que antes eram apenas usados para os cálculos celestiais, como os da astronomia (Cf. KOYRÉ, 1991, p. 273ss; ORTEGA Y GASSET, 1989, p. 26). Neste contexto podemos dizer que se converteu em *espaço verdadeiro* aquele descoberto a partir destes princípios físico-matemáticos, enquanto que o *espaço falso* abarcou todas aquelas compreensões mutáveis, sensíveis ou empíricas do mesmo.

Segundo o filósofo francês Maurice Merleau-Ponty (Cf. MERLEAU-PONTY, 2004, p. 3), o filósofo e cientista moderno René Descartes, examinando as possibilidades de conhecimento dos sentidos, descobriu sua impostura. Eles enganam, levam a equívocos. Por isso não poderíamos neles nos fiar. Não poderíamos confiar no que vemos, ouvimos, tocamos

etc. Onde nos fiar, então? “Apenas na inteligência” humana, certa e segura; na razão (MERLEAU-PONTY, 2004, p. 3). Esta independe dos sentidos. Os sentidos, continuamente, nos fazem perceber uma realidade mutante, que se alterna como o dia e a noite, etc. No entanto, o que é descoberto segundo os olhos da razão, sobrevive, permanece o mesmo, não se altera nas modificações. E, em primeiro lugar, segundo Descartes, pensando, descobre-se que alguém pensa. Mesmo quando suspeitamos de tudo o que é pensado, permanece inabalável uma estrutura pensante, aquela que pertence ao “eu” ou “sujeito”. *Cogito, ergo sum!* (DESCARTES, 1996, p. 269). E este dado é indubitável, isto é, mesmo que se possa duvidar da exatidão daquilo que se está pensando, não se pode duvidar do fato de que alguém pensa. É a partir desta certeza primeira e fundamental, a do sujeito racional (*res cogitans*), que todo o conhecimento do mundo (da *res extensa*) deverá se pautar. Assim, a ação de pensar ultrapassa, em certa medida, as variações do que é pensado, e dá a estas orientações. Encontramos, de forma simplificada, a descoberta do Cogito e do Eu ou da Subjetividade modernas. Houve um deslocamento de interesses, dos “objetos” ou “entes mundanos” para o sujeito que os pensa e valida. Assim, o empírico converte-se numa aparência de ciência. O saber, o verdadeiro saber, é o que não se modifica, isto é, o que fica fora do mundo empírico. É nesta situação que a geometria e a matemática, outrora saberes aplicados ao conhecimento dos céus, foram trazidas à terra como instrumentos “lógico-categoriais” para organizar, orientar e ordenar o mundo natural. Tanto o progresso das próprias ciências naturais quanto da filosofia mais recente refutaram tamanha segurança na interpretação do espaço.

Em todo caso cunhou-se, a partir desta herança histórico-científica, a dicotomia entre espaço verdadeiro e espaço falso (ou suspeito). O espaço verdadeiro consiste naquele espaço representado pelas categorias da subjetividade, do eu pensante, acordado por Descartes e radicalizado em Kant, sobretudo. O entendimento, os esquemas da razão, tal como uma moldura, enquadram e explicitam a espacialidade percebida a priori pelo sujeito cognoscente. Dessa forma, a noção de representação (*Vorstellung*) assume um lugar de destaque. Representar é rerepresentar segundo as regras e a linguagem desta razão – linguagem físico-matemática – a espacialidade do espaço. Neste sentido, o espaço representado físico-matemáticamente vale como sendo *o espaço, todo o espaço*, sem se levar em conta que, como representado ele se apresenta *em lugar de outro “espaço”*, aquele “agora” considerado como falso e suspeito. Assim, o espaço verdadeiro não é composto por este chão que pisamos ou tocamos, por estas árvores, casas, morros, caminhos pavimentados ou não, prédios e shoppings, praias e mares, planícies e montanhas para onde nossos olhos se estendem e que são detidos por algum limite geográfico, como uma cordilheira. O espaço verdadeiro não

corresponde a estes lugares intocados ou devassados pela presença humana. O espaço verdadeiro não é este espetáculo sensorial ou perceptível que meus olhos e meu corpo me apresentam e que, ora mais ora menos atentamente usufruo. Este espaço inseguro e sempre outro não é “o espaço”! Afinal, como buscar um saber ou fazer ciência num estado de tamanha variação? Desdobremos um pouco este raciocínio.

A seguinte resposta tornou-se dominante: o espaço verdadeiro compõe-se pelas distâncias e proximidades metricamente determinadas, geometricamente estabelecidas; as distâncias e proximidades são determinadas em sua razão de ser (sua verdade) por meio de cálculos ou noções de medida precisas ou exatas (milímetros, centímetros... anos-luz!), justificadas por meio de instrumentos construídos para estes fins precisos e exatos, tais como aceleradores de partículas, satélites, sensores, rádio telescópios, etc. Talvez possamos repetir, num certo grau, o que o físico contemporâneo Max Planck entende como sendo a tarefa da ciência da física: “medir todas as coisas mensuráveis e tornar mensuráveis todas as coisas imensuráveis” (Cf. CASSIRER, 1977, 276). Mas de que modo são apreendidas as distâncias e proximidades nas ciências geográficas? Estas distâncias e proximidades levam em conta as coisas ou entes dentro do mundo natural que, para fins de medição “física”, são indiferenciados. Isto é: de um ponto “x” a um ponto “y” existe uma distância de 300 quilômetros. A percepção empírica de “x” ou de “y” – que remete à vida humana singular – é desconsiderada. Mas subjaz uma compreensão razoavelmente uniforme de espacialidade. Para isso, por exemplo, nos acena também M. Heidegger:

Numa primeira aproximação, nunca nos é dado uma multiplicidade tridimensional [altura, largura, profundidade] de possíveis posições preenchidas por coisas simplesmente dadas. Essa dimensionalidade do espaço ainda se acha encoberta na espacialidade do que está à mão. O lugar ‘em cima’ é o lugar no ‘teto’, o ‘embaixo’ é o ‘no chão’, o ‘atrás’ é o ‘junto à porta’; todos os onde são descobertos e interpretados na circunvisão, através das passagens e caminhos do modo de lidar cotidiano, e não constatados e enumerados numa leitura de medições do espaço (HEIDEGGER, 2006, p. 156).

Essa percepção empírica, tradicionalmente desdenhada, corresponde àqueles fenômenos que os físicos em geral (Cf. ORTEGA Y GASSET, 1989, p. 27) chamam de estorvos ou impedimentos. Estes devem ser retirados de todo procedimento (não levados em conta!), para que a natureza corresponda ao cálculo imaginado na mente, feito mentalmente (*mente concipio!*). Qual é o espaço verdadeiro, então? O espaço verdadeiro é aquele mediado pela matemática e a física, e medido pelos instrumentos e aparelhos construídos para estes fins e que, por sua vez, num progresso crescente, produzem instrumentos e/ou “mapas” cada

vez mais precisos. Estamos diante de uma reapresentação característica do espaço. Essa construção teórica e que influencia nossa prática (vide o uso que fazemos dos mapas mais diversos, por exemplo!) possui algo de a-terreno, ou seja, algo de universal, válido para todos, que ultrapassa o espaço e o tempo empíricos.

Mas não podemos, impulsivamente e contrariando tal tendência, dizer que o processo científico moderno simplesmente falseou a realidade produzindo representações! Para então nos lançarmos em meras descrições empíricas! Esta rápida alteração ou troca não produzirá uma teoria melhor! É preciso que reflitamos acerca da espécie ou natureza deste saber. Enfim, necessitamos pensar mais. Na compreensão moderna de ciência e de espaço, de certa forma, cristalizou-se a alma de nossa existência atual. A ciência moderna constitui-se como uma decisão histórica que, como outras, nos antecederam. Não nos cabe denegri-la, mas pensar e discutir as implicâncias desta decisão histórica e existencial. No caso: o que estamos entendendo quando falamos de espaço ou de espaços? O que é espaço? Ou esta questão não tem mais sentido? Pois pode ser que já estejamos tão absorvidos pela compreensão moderno-científica de espaço – ou por outra assemelhada – que já não vejamos nenhuma necessidade de pô-la em questão e até consideramos como falta de bom tom recolocá-la! (Cf. PISETTA, 2014, p. 33).

Aquele espaço sensorial, empírico, onde o transeunte se movimenta, a partir de orientações como o nascer e o pôr do sol; aquele espaço responsável pelo surgimento dos marcos, marcas ou termos (Cf. COULANGES, 1967, p. 100-103) que, por sua vez, “constroem” outros espaços relacionais; certas referências locais que nos dão direções e encontros possíveis com o lugar ou a alma do lugar; direções que nos conduzem e remetem às praças, aos locais de trabalho intenso, mas também aos céus, às montanhas, a lugares sagrados ou profanos, etc., são compreensões e experiências do espaço primitivas, fantasiosas, míticas. São aceitáveis, mas pertencem a uma época pré-científica e, portanto, são suspeitas, dadas a equívocos, subjetivas, imprecisas, carentes de cientificidade. São compreensões oriundas de um lugar epistemológico impreciso e não verdadeiro, o do sentido, do empírico ou da percepção sensível. O espaço verdadeiro se encontra por detrás destas fantasias sensíveis, que levam a enganos, devido à sua mutabilidade. O espaço verdadeiro se encontra na conformação à ciência tradicional moderna, lugar eleito e escolhido, não aleatoriamente, como a estrela polar da verdade.



### 3. Ampliação da compreensão de ciência pela incorporação do elemento empírico

Estamos, com isso, negando a ciência moderna, questionando sua verdade, desvalorizando suas conquistas? De modo algum. Comportamentos como verificação, pesquisa rigorosa, crítica de si mesmo e dos próprios preconceitos, universalidade, leis, experimentos, crescimento ordenado, etc., continuam sendo necessários a todo aprendizado de pesquisa (MERLEAU-PONTY, 2004, p. 5). Segundo o filósofo francês,

Trata-se de saber se a ciência oferece ou oferecerá uma representação do mundo que seja completa, que se baste, que se feche de alguma maneira sobre si mesma, de tal forma que não tenhamos mais nenhuma questão válida a colocar além dela. Não se trata de negar ou de limitar a ciência; trata-se de saber se ela tem o direito de negar ou de excluir como ilusórias todas as pesquisas que não procedem como ela por medições, comparações e que não sejam concluídas por leis, como as da física clássica, vinculando determinadas conseqüências a determinadas condições. Não só essa questão não indica nenhuma hostilidade com relação à ciência, como é ainda a própria ciência, nos seus desenvolvimentos mais recentes, que nos obriga a formulá-la e nos convida a responder negativamente (MERLEAU-PONTY, 2004, p. 5-6).

No que tange ao nosso questionamento acerca do espaço, a própria pesquisa científica (e talvez isso sirva para o caso particular das ciências geográficas) nos leva a ampliar a noção de ciência e de compreensão do espaço. Desde o século XIX as pretensões da ciência de abarcar a totalidade da natureza cederam lugar a uma atitude mais modesta, consciente da complexidade dos fatos: colocou-se cada vez mais em questão a procura de conhecimentos absolutos e imutáveis e, em seu lugar, começou-se a falar de conhecimentos aproximados. Estes estariam sempre abertos a correções em grau crescente. No lugar da ciência tradicional e de seus conhecimentos certos e seguros, fala-se de uma ciência incompleta. “O concreto e o sensível conferem à ciência a tarefa de uma elucidação interminável, e daí resulta que não se pode considerá-los, à maneira clássica, como uma simples aparência destinada a ser superada pela inteligência científica” (MERLEAU-PONTY, 2004, p. 7).

Os avanços da física quântica atestam esta posição. Forçados pelos próprios objetos investigados, que não correspondiam mais aos planos teóricos dos experimentos, os cientistas físicos se viram na necessidade de modificar seus princípios e daí, também, seus procedimentos. Não era o caso de fazer ruir a física moderna e seus fundamentos, mas de perceber que aquela forma de objetividade já não podia ser aplicada a todos os casos. Ela se tornou incompleta. O infinitamente pequeno e o infinitamente grande exigem outras abordagens teóricas e experimentais. Assim, já o percebemos, processa-se uma inversão no

seio da ciência contemporânea: não se lê mais a realidade do mundo, no caso, do espaço, a partir de um número limitado de leis e princípios; antes são estas leis, princípios, esquemas, uma expressão aproximada dos eventos, por exemplo, dos eventos físicos. As leis ou princípios que regem a compreensão tradicional do espaço são aproximações, isto é, não esgotam a realidade espacial. Ou ainda: são representações, são faces, mas não esgotam a totalidade do espaço. Ex. O mapa, seja ele qual for, é uma expressão aproximada, uma aparência ou representação da realidade. O pesquisador, agora, não diz “sem mais” que a realidade empírica é uma aparência de realidade, uma ilusão. As representações tornaram-se questionáveis, porque adquiriu sentido o que funda ou estrutura toda representação. Modificou-se o referencial. Agora o objeto, isto é, a realidade perceptível ou empírica atinge a inteligência ou a razão com seu caráter desafiador e enigmático: o que é o espaço, então? A importância da inteligência racional e de seus métodos não é abandonada, mas compreendida de outra forma. Isto é, a razão e o sujeito não são mais compreendidos de modo absoluto, como independentes e fora do mundo perceptível ou empírico, não sujeitos a suas leis de mutabilidade e diversidade (tempo e espaço empíricos). A pesquisa e o esforço científicos descobrem agora, segundo Merleau-Ponty (2004), o caráter aproximativo de todo o conhecimento humano frente à realidade que para este se apresenta.

O cientista de hoje não tem mais a ilusão, como o do período clássico, de alcançar o âmago das coisas, o próprio objeto. Precisamente sob este aspecto, a física da relatividade confirma que a objetividade absoluta e definitiva é um sonho ao nos mostrar cada observação rigorosamente dependente da posição do observador, inseparável de sua situação, e ao rejeitar a idéia de um observador absoluto. Em ciência, não podemos nos vangloriar de chegar, pelo exercício de uma inteligência pura e não situada, a um objeto livre de qualquer vestígio humano e exatamente como Deus o veria. Isso em nada diminui a necessidade da pesquisa científica e combate apenas o dogmatismo de uma ciência que se considerasse o saber absoluto e total. Isso simplesmente faz justiça a todos os elementos da experiência humana e, em particular, à nossa percepção sensível (MERLEAU-PONTY, 2004, p. 7-8).

O que está sendo posto em questão não é a ciência ela mesma, mas seu dogmatismo; e o que está sendo incorporado à atenção do pesquisador são aqueles elementos empíricos, sensíveis, finitos ou passageiros (históricos) e não absolutos. Com isso alarga-se a compreensão do que é a ciência moderna e do que é o ser humano. Assim, a atenção para o empírico e passageiro não é uma recusa de cientificidade, mas sua ampliação, seu enriquecimento, seguindo a tendência das pesquisas das últimas décadas (Cf. BOHR, 1987, p. 1ss). “O maior impacto cultural da revolução quântica é, sem dúvida, o de colocar em questão o dogma filosófico contemporâneo da existência de um único nível de Realidade” (NICOLESCU, 2008, p. 30). Chama agora a atenção um conhecimento que toma por base o

“fora”, o mundo, o aberto do mundo, o perceptível; e não o dentro, o interior da consciência ou do sujeito, da razão e de seus esquemas. Mas um não é a recusa do outro. É antes a balança do outro. O empírico entregue a si mesmo não constitui saber; e o saber que ignora o empírico, desconhece que é sempre saber de algo, um saber acerca de alguma coisa. Assim, o ser humano não pode não querer saber. Por certo, encontramos ainda vozes tardias naqueles setores científicos resistentes que insistem em alcançar a completude do saber por meio dos esquemas racionais. Ainda procuram um saber absoluto, fora do mundo, que apresente ou represente a realidade como um deus a veria. Em nosso contexto de reflexão, uma tarefa a ser questionada.

O pensamento moderno [em oposição ao clássico, segundo Merleau-Ponty] é difícil, inverte o senso comum porque tem a preocupação da verdade, e a experiência não lhe permite mais ater-se honestamente às idéias claras ou simples às quais o senso comum se apega porque elas lhe trazem tranquilidade (MERLEAU-PONTY, 2004, p. 9-10).

Observaremos agora como se delineia este saber empírico a partir de uma pesquisa localizada dentro da geografia humana.

#### **4. Memória e identidade: lugar como percepção do espaço vivido**

Ora, o que a geografia, mas também outros saberes, enquanto esforço intencional de reflexão, sistematização, produção e reprodução tidas como dignas de serem perpetuadas por determinada sociedade em determinado tempo – situações concretas – tem a ver com a sociedade, com o mundo da vida? (Cf. MOREIRA, 2007; GUEDES, 1997; VELHO, 2003; MORAES, 2014).

Segundo Edward Soja (1993), a geografia negligenciou durante muito tempo o espaço social, podendo se falar de uma involução da geografia durante décadas do século XX, até pelo menos 1960. Houve “o isolamento da geografia moderna e dos geógrafos em relação à produção da teoria social” (SOJA, 1993, p. 47), e “a excepcional submissão teórica da geografia humana de meados do século foi um resvaladouro para a involução disciplinar” (SOJA, 1993, p. 48). Assim, continua o mesmo autor, a geografia também tratou o espaço como o campo do morto, do fixo, do não-dialético e do imóvel – um mundo de passividade e mensuração, em vez de ação e sentido (Cf. SOJA, 1993, p. 48). Ocorreu, então, uma

“desespacialização da teoria social antes dos anos sessenta”, a partir de quando “a espacialidade pertinente da vida social começou a ser redescoberta” (SOJA, 1993, p. 51).

Os espaços dos quais nos fala Soja (1993) são entendidos como espaços de ação, de inter-relação, de trabalho compartilhado direta ou indiretamente. Somos convocados, então, ao aprendizado do que é e como é isto que chamamos “espaço”. Observemos, na próxima citação, esta atitude. O caso refere-se a uma experiência de lugar, nascida numa comunidade operária de São Gonçalo, Rio de Janeiro, onde há a discussão acerca da nomeação de um lugar – uma escola – e de como o morador local se posiciona. Neste exemplo a experiência do espaço se mostra diretamente ligada aos sujeitos que nele habitam.

Quando perguntamos de quando era o prédio que fica em frente à sua casa, ele [seu Carlos] nos contou que à época da construção, iam colocar o nome do pai de seu pai no prédio, por ser um dos primeiros industriais de São Gonçalo. Porém, no mesmo período, o Alberto Torres havia morrido. E segundo ele, uma semana antes da inauguração, o funcionário do governo do Estado o procurou dizendo que o governador tinha decidido homenagear o jornalista falecido. Foi então que propuseram que o colégio estadual Enide Mendonça Gama, que estava sendo construído na mesma época, tivesse o nome do pai de Seu Carlos. É importante ressaltar que este colégio, embora fique bem próximo à sua casa, fica em Vila Lage [outro bairro, outro lugar]. Seu Carlos não aceitou a proposta, alegando que lá seu pai não era conhecido e que as pessoas ficariam perguntando: Ah, quem é esse cara, quem é esse cara? Então, Seu Carlos sugeriu: Vocês têm que botar o nome de uma pessoa de lá. Tem que botar o nome de um cara de lá que é conhecido. Meu pai é daqui (GUEDES, 2006, p. 53).

Devemos relativizar aquela compreensão espacial moderno-científica e despertar outra que traga para a discussão o ser humano envolvido com seu espaço. Neste sentido, o espaço deve tornar-se um problema em múltiplos sentidos, pois são muitos os envolvimentos através dos quais o espaço afeta nosso entendimento. Michel Foucault, por exemplo, destacou sua noção de “heterotopias” como sendo os espaços característicos do mundo moderno. Concentrou nossa atenção numa outra espacialidade da vida social, num “espaço externo” – o espaço efetivamente vivido (e socialmente produzido) dos locais e das relações entre eles (*apud* SOJA, 1993, p. 24-25).

Também no pequeno texto *Sobre a geografia* é apresentado o interesse que guia este filósofo em suas investigações: uma reflexão “sobre as ideologias e estratégias do espaço” (FOUCAULT, 2008, p. 153; Cf. RAFFESTEIN, 1986, 1993). Este autor, à sua maneira, discute a construção do espaço a partir dos múltiplos relacionamentos humanos existentes nas mais diversas instituições: no exército, nos hospitais, prisões, escolas, famílias etc. Os espaços instituídos estão repletos de ideologias, responsáveis pela sua construção, organização, manutenção. Da mesma forma o espaço “território” não surge como extenso e fixo, mas como

o campo vital de um grupo, e de como este grupo assume e delimita suas fronteiras, ou, por outra, se apropria deste espaço. Percebemos como a existência humana está diretamente ligada a todo aspecto espacial. Da mesma forma diz-nos Soja: “O espaço em si pode ser primordialmente dado, mas a organização e o sentido do espaço são produto de translação, da transformação e da experiência sociais” (SOJA, 1993, p. 101).

Os espaços sociogeográficos estão repletos de marcos. Uma construção em uso ou em ruínas pode ter a função de um marco simbólico. Isto significa que o espaço e seus elementos não são “indiferentes”, mas são dotados de um sentido que atinge diretamente os usuários de múltiplas formas. A partir destes marcos simbólicos as pessoas se remetem ao passado e projetam um futuro, encontram uma direção e acham determinado lugar objetivo, enfim, identificam-se com a lugar e a partir do lugar constroem sua existência. O próprio lugar nasce desta mútua pertença. Nos marcos encontramos a memória viva ou esquecida. Eles se mostram como a forma de identidade de uma pessoa ou grupo e de pertencimento com o lugar. É o que, por exemplo, encontramos no relato acima, citado por Simoni Guedes (2006).

Yi-Fu Tuan (1980, p. 229) também nos lembra que “a própria cidade pode ser um monumento [...]. Seus arranjos físicos, suas geometrias e a ordem hierárquica são meios arquitetônicos para expressar um local do cosmo e da sociedade” (Cf. LEFEBVRE, 2004 e 1976; Cf. MAGNANI, 2000). Portanto, para entender como ocorre uso da paisagem na memória dos moradores desses bairros é importante ressaltar os símbolos que identificam o lugar e que também geram um referencial que diferencia estes mesmos moradores dos demais.

A topofilia assume muitas formas e varia muito em amplitude emocional e intensidade. [...] Certos meios ambientes naturais têm figurado de maneira proeminente nos sonhos da humanidade de um mundo ideal: a floresta, a praia, o vale e a ilha. A construção do mundo ideal é uma questão de remover os defeitos do mundo real. A geografia fornece necessariamente o conteúdo do sentimento topofílico (TUAN, 1980, p. 286).

## **Considerações finais**

À medida que sempre já nos encontramos numa situação espacial, como se dá esta construção do espaço? Compreendemos, de antemão, o essencial: esta questão nos apresenta o ser humano como diretamente responsável pelo espaço. Ou, se o preferirmos, ela nos diz que o ser humano não é indiferente ao espaço que habita. A cada vez, em cada situação concreta

em que nos encontramos, atendendo a certos interesses ou projetos que nos motivam, nos orientam e conferem um sentido às nossas ações, construímos espaços ou relacionamentos localizados. Nas mais diversas atividades humanas são produzidos espaços sociais. Neste sentido, também, nunca há um espaço desde já pronto, já que os espaços sociais estão em contínua mutação. Podemos, a partir disso, pensar espaços determinados como os da sala de aula, da fábrica, do parque, da família etc. Não são lugares que se deixam apreender por meio de rótulos. É preciso que compreendamos sua dinâmica de construção social. Igualmente as coisas inclusas nestes locais nos tocam ou afetam a partir de um encontro com estes espaços de relação. O espaço nos ocupa como espaços diversificados. Desta forma ele nos mostra sua riqueza.

Lembramos, no entanto, que somos continuamente estimulados a vivermos num espaço universal, global. Uma herança da nossa época moderna. O mesmo espaço para todos, com as mesmas regras e os mesmos propósitos. Percebemos isto na universalização de usos, produtos, projetos, gostos, costumes, “sonhos” etc. Como se dá esta universalização, típica da globalização? Através da construção de um mínimo denominador comum, isto é, através de uma simplificação infinita de tudo. Os produtos, os mais diversos, devem ser adaptados a um mínimo de esforço corporal ou intelectual para usá-lo, de tal maneira que, facilmente, qualquer um possa se adaptar ao produto e a usá-lo. Qualquer um, com um mínimo de aprendizado, tem acesso a “tudo”.

Assim, todas as nossas possibilidades de relação, individuais e coletivas, tendem a se globalizar. Não somos mais, simplesmente, habitantes de um país ou de uma nação, mas habitantes de um planeta. No que diz respeito ao espaço, o planeta e o universo tornaram-se o nosso espaço, e todos os espaços tornam-se, de certa forma, um único espaço, isto é, uma única ou quase única maneira de compreendermos o espaço e de nos relacionarmos com ele. Até mesmo aqueles espaços que os meios de comunicação nos apresentam como exceção, como singulares, como regionais, são incorporados num grande espaço mundial como “novidades, curiosidades, folclore, entretenimento intelectual, lembranças de um mundo que já passou”, portanto, espaços “secundários”.

De certa forma, contra uma universalização dos espaços, que significa uma universalização de nosso pensamento e de nossa vida, surgem sempre aquelas possibilidades situadas, locais, que pertencem ao nosso entorno e a partir das quais orientamos nosso trabalho. Refletindo e discutindo sobre nossas experiências imediatas do espaço é que podemos nos compreender e nos comprometer com o espaço como “nosso espaço”, e não como uma abstração. Levando em conta, então, tal como as pesquisas no âmbito das ciências

humanas a partir da segunda metade do século XIX nos ensinaram a ver – o elemento humano – poderemos sempre dizer que o espaço nunca é algo de universal, uniforme, calculável etc., antecipadamente. É sempre a partir de uma determinada relação – e a compreensão científica do espaço pode ser entendida como uma relação – que espaço e ser humano se tornam visíveis.

## Referências bibliográficas

ARISTÓTELES. *Metafísica*. Tradução de Edson Bini. Bauru, SP: EDIPRO, 2006.

BOHR, Niels. “Quantum physics and philosophy – causality and complementarity (1958)”. In: \_\_\_\_\_ . The Philosophical Writings of Niels Bohr, v.3, Essays 1958-1962 on atomic physics and human knowledge, Woodbridge/CT, Ox Bow Press, 1987.

CASSIRER, Ernst. *Antropologia filosófica*. Ensaio sobre o homem. São Paulo: Ed. Mestre Jou, 1977.

COULANGES, Fustel de. *A cidade antiga*. Volume I. São Paulo: Américas, 1967.

DESCARTES. *Meditações*, II. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

GUEDES, Simoni Lahud. *Jogo de Corpo*. Um estudo de construção social de trabalhadores. Niterói: UFF, 1997.

\_\_\_\_\_. *Redes sociais de trabalhadores urbanos: um estudo etnográfico de representações e práticas sociais nas localidades de Porto da Pedra e Vila Lage (São Gonçalo-RJ)*. Projeto “Desenvolvimento regional e desigualdades sócio-produtivas: tendências recentes, redefinições conceituais e desdobramentos em termos de políticas públicas”. dez. 2006.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Petrópolis: Vozes, 2006.

KOYRÉ, Alexandre. Do mundo do mais ou menos ao universo da precisão. In: \_\_\_\_\_. *Estudos de História do Pensamento Filosófico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

LEFEBVRE, Henry. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

\_\_\_\_\_. *Espacio y Política: el derecho a la ciudad*, II. Barcelona: 62, 1976.

\_\_\_\_\_. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2004.



- MAGNANI, José Guilherme. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI, José Guilherme; TORRES, Lillian de Lucca (org.). *Na metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo: USP/FAPESP, 2000.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Conversas – 1948*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- MORAES, João Marçal Bodê de Moraes. Espaço do trabalho e mudanças socioespaciais: a reconstrução dos espaços urbano-fabris no Município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro. *Meridiano – Revista de Geografia*, n. 3. 2014. Disponível em: <<http://www.revistameridiano.org/n3/05>>. Acesso em: 10 jul. 2015.
- MOREIRA, Rui. *Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico*. São Paulo: Contexto, 2007.
- NICOLESCU, Basarab. *O manifesto da transdisciplinaridade*. São Paulo: Triom, 2008.
- ORTEGA Y GASSET, José. *Em torno a Galileu*. Esquema das crises. Petrópolis: Vozes, 1989.
- PISETTA, Ecio Elvis. Espaço e habitação: considerações a partir da filosofia heideggeriana. *Meridiano – Revista de Geografia*, Buenos Aires: Centro de Estudios Alexander von Humboldt, n. 3, p. 23-39, 2014. Disponível em: <<http://www.revistameridiano.org/n3/02/>>. Acesso em: 10 jul. 2015.
- RAFFESTEIN, Claude. Écogenèse territoriale et territoire. In: AURIAC, Franck; BRUNET, Roger (org.). *Espaces, jeux et enjeux*. Paris: Fayard, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel. 1985.
- SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1993.
- TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1980.
- VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (org.). *Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

